A CORROSÃO DO JORNALISMO NO BRASIL

Leise Taveira [1]

Resumo

A partir da perspectiva da obra *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*, do sociólogo Richard Sennett (1998), a proposta do presente artigo é fazer uma análise das mudanças ocorridas na carreira do jornalista nas últimas três décadas.

Tendo como elemento empírico uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2012, cujo objetivo foi traçar um perfil atual do jornalista[2], o artigo pretende verificar as novas condições de trabalho propiciadas pelo chamado capitalismo flexível e sugerir as consequências para uma profissão que perdeu, em 2009[3], o status institucional da regulamentação, sendo tratada, por decisão da mais alta corte do país, como mera ocupação.

Desde o final da década de 80, com a informatização das redações e mediante a promessa de um trabalho mais eficiente e limpo, o resultado foi a pre-

[1]PUC -Rio

[2]Pesquisa em que foram ouvidos 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior, através de e-mails, redes sociais, notícias em canais especializados, de forma espontânea, entre 25 de setembro e 18 de novembro de 2012 (disponível em www.fenaj.org.br), consultado em 9/3/2015.

[3]Decisão da corte suprema do país, que entendeu não ter sido recepcionado pela Constituição de 1988 o artigo IV, inciso V do Decreto-lei 979/1969, que exigia a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, cujo julgamento ocorreu em 17/06/2009 e foi publicada em 13/11/2009, Ementário 2382-4.

carização das condições laborais, com a necessidade de outras fontes de renda para os trabalhadores e a concentração das empresas de comunicação cada vez em menos mãos.

Palavras-chave: Jornalismo; capitalismo flexível; precarização profissional.

The corrosion of journalism in brazil

Abstract

From the perspective *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism* (Richard Sennett), the aim of this article is to analyze the changes that have occurred in the journalist's career over the past three decades.

Having as an empirical element a research conducted by the Federal University of Santa Catarina in 2012, whose objective was to draw a current profile of the journalist, the article intends to verify the new working conditions provided by the so-called flexible capitalism and to suggest the consequences for a profession Which has lost, since 2009, the institutional status of the regulation, being treated, by decision of the highest court in the country, as a mere occupation.

Since the end of the 1980s, with the computerization of newsrooms and the promise of a more efficient and clean job, the result was the precariousness of working conditions, with the need for other sources of income for workers and the concentration of companies Communication in less and less hands.

Key words: Journalism; Flexible capitalism; Professional insecurity

Introdução

As transformações no mercado de trabalho dos jornalistas nas três últimas décadas

Há pouco menos de três décadas, a maioria das redações brasileiras começava a trocar as velhas máquinas de escrever pelos computadores. Falava-se em uma verdadeira revolução, cuja consequência seria um trabalho mais limpo, organizado, sem o velho carbono ou a necessidade do *copy desk* (revisor), já que a tecnologia, "a serviço da felicidade humana", agregaria ao trabalho do jornalista mais rapidez e eficiência.

Com os equipamentos já disponíveis, como o *fac-simile* e a possibilidade de transmitir a reportagem pelo bocal do telefone de disco, com um fio ("jacaré") conectado a um computador – chamado "marmitão", pesado para os dias de hoje, mas portátil e leve para a época -, através de um sinal de fax enviado pela empresa, já não era mais necessário para o repórter voltar à redação todos os finais de tarde para redigir a notícia.

Uma vez encaminhado para a redação, o produto da apuração do dia seria editado, enviado para as rotativas e, fresquinho, na manhã seguinte, distribuído nas bancas e nas residências para o público leitor.

A promessa da informatização era de mais liberdade, de fuga do trânsito e, quem sabe, de um retorno para casa menos tardio, com a missão diária cumprida. Isso, para, no dia seguinte, pautar e ser pautado pelo coordenador, que administraria, da redação, o material apurado e repassaria aos editores chefes a atualização das notícias do dia, a serem tratadas e com espaços nas páginas negociados, para, mais tarde, novamente, serem transmitidas pelo sinal do fax, via telefone, sem a necessidade de o repórter pisar na redação.

A presença física só era imprescindível mesmo nas segundas-feiras, para a reunião de pauta e, claro, nas sextas-feiras – dia de "pescoção", quando são redigidas as matérias do dia e as dos três dias subsequentes-, véspera dos fins de semana de plantão, quando havia um rodízio de pessoal e metade trabalhava para a outra folgar.

O controle do trabalho era feito pelo próprio coordenador- profissional mais velho e experiente-, que, diante da produção do repórter, sabia como e onde encontrá-lo, para solicitar mais serviços, sem a necessidade da presença física e do cartão de ponto.

Hoje, com o celular, a Internet e após várias crises econômicas, internas e externas, o número de repórteres contratados com carteira assinada diminuiu drasticamente, bem como o número de empresas jornalísticas tradicionais; os *freelancers* proliferaram no mercado e podem ser acionados de qualquer ponto do planeta com um simples click para elaborar uma matéria, a preço negociado.

Além disso, com a tecnologia que não para de avançar, o repórter, para ser considerado pelo mercado de trabalho, deve estar apto a apurar, redigir, fotografar, preparar o material que será divulgado na Internet, nas páginas impressas e ainda produzir o conteúdo para outras mídias, como o rádio, a TV e as agências de notícia.

A função do *copy desk*, aquele profissional que melhorava o texto do repórter, às vezes descuidado pela pressão do tempo e o medo do furo, não existe mais. Os velhos bocais do telefone de disco e os "jacarés" foram substituídos pelos *tablets* e celulares conectados à web. E o que sai nas bancas já é ultrapassado, pois o plantão da noite anterior atualizou o furo (já envelhecido) estampado na primeira página, pela manhã.

A vulnerabilidade é cada vez maior; os sindicatos e associações profissionais, que até o início dos anos 90, organizavam greves e piquetes em frente às redações, hoje brigam entre si e não conseguem, frente à comunidade dos jornalistas, uma sólida legitimidade para uma representação da categoria e tentar pressionar as empresas a propiciarem melhores condições de trabalho, cada vez mais precárias.

E ainda, sob a pressão das crises internacionais que abalam a economia global – diretamente ligada aos anunciantes e ao Estado, financiadores[4] das empresas jornalísticas -, as demissões coletivas[5], especialmente direcionadas aos profissionais mais antigos, são frequentes.

O controle da produtividade, com a tecnologia que permite o *real time*, é cada vez maior: o jornalista pode ser encontrado em qualquer parte do planeta para cobrir, imediatamente, qualquer acontecimento que a empresa jornalística entenda relevante.

[4]Ver pesquisa realizada pelo site donos da mídia, sobre a concentração da mídia no Brasil em http://donosdamidia.com.br/grupos/nacionais, consultado em 9/3/2015.

[5]http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/70190/em+crise+o+jornal+o+estado+de+minas+promove+a+demissao+de+11+jornalistas, consultado em 9/3/2015.

Com isso, muitos profissionais precisam acumular mais de um emprego, submetendo-se, para manterem-se na mídia, a baixíssimas remunerações, recorrendo a uma espécie de empreendedorismo para sobreviver, seja como assessor de imprensa, seja como repórter *freelancer,* perdendo qualquer estabilidade mínima de rendimentos e/ou de emprego.

Assim, o velho jornalista, até três décadas, respeitado e admirado por sua experiência, é figura de museu aposentada e com pouca perspectiva de trabalho num mercado altamente competitivo. Ou, na melhor das hipóteses, transita, na condição de professor, pelos corredores das universidades, que insistem em oferecer uma habilitação da comunicação social, que nem tem mais o status de profissão.

As redações são povoadas por jovens recém- saídos da universidade, submetidos a salários cada vez mais achatados e a condições de trabalho que exigem longas jornadas e constante insegurança diante dos riscos de mais substituições de pessoal, especializado ou não.

Afinal, o jornalista sabe que sua carreira será curta, pois nem profissão específica tem mais. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, prolatada em 2009, para ser jornalista no Brasil não é mais necessário o diploma universitário, já que esta regulamentação foi considerada uma afronta à liberdade de expressão e pensamento prevista na Constituição.

Para a maioria dos ministros STF, sem a necessidade de conhecimentos técnicos para o exercício da função jornalística e diante da ideia de que liberdade de expressão e jornalismo se fundem (e confundem), não foi recepcionado pela Constituição de 1988 o decreto que previa a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Observe-se um trecho do voto do ministro Gilmar Mendes, relator da ação que gerou a decisão de considerar inconstitucional o dispositivo legal que exigia o diploma de jornalista para o exercício da profissão, bastante ilustrativa da situação:

> "Por isso, não obstante o acerto de todas essas considerações, que explicitam uma análise de proporcionalidade, o certo é que, mais do que isso, a questão aqui verificada é de patente inconstitucionalidade, por violação direta do art. 5º, inciso XIII, da Constituição. Não se trata apenas de verificar a adequação de uma condição restritiva para o exercício da profissão, mas de constatar que, num âmbito de livre expressão, o estabelecimento de qualificações profissionais é terminantemente proibido pela ordem

> constitucional, e a lei que assim proceder afronta diretamente o art. 5º, inciso XIII, da Constituição."

Assim, as empresas que se mostraram "mais fortes", ou "vencedoras" - que não por acaso, monopolizam as comunicações no Brasil -, além do trabalho flexível que já adotavam há cerca de 30 anos para os jornalistas que deveriam ser diplomados por instituição de ensino superior, estão livres para contratar qualquer pessoa que possa realizar a atividade, mesmo sem o preparo propiciado por uma universidade.

Apesar disso, insistem em afirmar que a objetividade jornalística ainda legitima essa função social como voz importante no desenvolvimento das relações sociais. E, para demonstrar que se preocupam com a qualidade do material publicado, mantêm uma política de contratação de mão de obra com ensino superior, mas oferecem a menor remuneração possível, sempre atualizando seus quadros, com demissões dos mais experientes e, portanto daqueles com maiores salários.

Continuam, assim, exercendo pressão importante sobre os poderes do Estado, de forma a manterem seu *status* de mediadores fundamentais entre os acontecimentos e os cidadãos, sem muita pressão das instituições.

Por outro lado, a chamada mídia alternativa contemporânea, propiciada pela tecnologia mais barata e ao alcance de todos, que permite a qualquer pessoa com celular e conexão ser emissor de informação jornalística, trava lutas significativas para conquistar um espaço na legitimidade de que pretende se revestir para ocupar um espaço deixado em aberto pelo monopólio fruído por grandes grupos comerciais, estatais e religiosos.

Também cresceu consideravelmente o setor de assessoria de imprensa, que hoje emprega um número maior de pessoas, com uma melhor remuneração.

Os leitores, ouvintes, espectadores e internautas, elevados, sem qualquer remuneração, à condição de colaboradores do material produzido e vendido pelos grandes grupos de comunicação, já não parecem mais se afetar pelas polêmicas de outrora. Comportam-se, na maioria das vezes, como passivos observadores do *reality show* do cotidiano, recheada de escândalos, sem nenhuma repercussão na vida prática do dinheiro escasso, do trânsito enlouquecedor, da almejada sexta-feira de cerveja e do cobiçado fim de semana de futebol nos estádios.

Cadê a promessa de felicidade? Onde foi perdido o elo de afetação entre os acontecimentos e o grupo social? O que importa? Manuais sobre como administrar o desempenho de funções necessárias à sobrevivência, ligadas a um melhor

manejo da vulnerabilidade e do empreendedorismo, é isso o que vale, para evitar que alguém resolva roubar o queijo que estava aqui há até bem pouco tempo...

Mas qual o sentido disso tudo? A que valores isso conduz? Onde foram parar o caráter e a ética nesta incessante necessidade de adaptação a um novo contexto, que transforma radicalmente a função do jornalista na sociedade e para ele mesmo?

É este o objetivo do presente artigo: propor, a partir dos dados mais atuais sobre a profissão, uma reflexão sobre estas indagações. Tendo por base empírica pesquisa elaborada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2012, avaliando as características demográficas, políticas e do trabalho do jornalista, a proposta é verificar, a partir do texto *A corrosão do caráter, o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo,* de Richard Sennett, como, num curto período, as condições de trabalho dos jornalistas se transformaram e tornaram-se precárias; quais os horizontes possíveis para a profissão, que ainda por cima, perdeu, desde 2009, o status de regulamentada pelo Estado, passando a ser considerada uma mera ocupação, que, em tese, pode ser exercida por qualquer pessoa, ou, em outros termos, que comporta a conclusão de que no Brasil todos já nascem jornalistas.

O caráter do jornalista brasileiro

Para Richard Sennett, caráter é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às relações com os outros, ou ainda,

> São os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (p. 10).

E, pelos dados de que dispomos, a profissão de jornalista vem sendo altamente desvalorizada, sendo alvo de uma flexibilização tão grande nas relações de trabalho, que toda a fragmentação das relações sociais apontada no texto de Sennett parece ter se espelhado no que resta ainda desta carreira.

Conforme veremos a seguir, apesar de a maioria dos jornalistas ter elevada formação acadêmica, grande parte refuta qualquer participação político partidária ou em movimentos sociais. Contraditoriamente, entendem que algo deva ser feito para que haja um maior reconhecimento da profissão, seja com a retomada da obrigatoriedade do diploma para o exercício da função, seja através da criação de um dispositivo de autorregulamentação.

Essa constatação sugere uma narrativa do que Snenett chama de "eu maleável" (p. 153), em que, mesmo diante de uma desvalorização da profissão propiciada pelo próprio Estado, que nivela o jornalismo a uma mera ocupação, há o desejo de mudança, mas a ser feita por outras pessoas (políticos, provavelmente), e não pela própria categoria, que refuta, em sua grande maioria, qualquer tipo de participação política.

De acordo com a pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em que foram ouvidos 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior, através de e-mails, redes sociais, notícias em canais especializados, de forma espontânea, entre 25 de setembro e 18 de novembro de 2012, os jornalistas brasileiros eram, majoritariamente, mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos.

O nível de escolarização era alto: nove em cada dez eram diplomados em jornalismo, majoritariamente, em instituições de ensino privadas, e quatro em cada 10 já tinham curso de pós- graduação.

O grau de sindicalização ou de filiação partidária não era alto: um em cada quatro jornalistas estava filiado a sindicato, embora houvesse espaço político para a ampliação dessa taxa. A autoidentificação ideológica mostrou que metade dos jornalistas se considerava de esquerda, mas havia também muita rejeição a qualquer prática político ideológica: quase um terço refutava qualquer classificação ideológica e nove em cada dez jornalistas não eram filiados a partidos políticos. A participação em movimentos sociais também era baixa: apenas um a cada três jornalistas participava de movimentos sociais, associações ou organizações.

As condições de trabalho não são nada favoráveis, passando por um achatamento salarial, que faz com que as mulheres jovens (maioria dos profissionais) percebam menos do que os homens. Pessoas com meia idade ficam de fora do mercado e uma parte significativa, para sobreviver, recorre a mais de um emprego, incluindo o magistério, ou sai do mercado específico da mídia, atuando em áreas correlatas.

Esta constatação nos remete às ideias de Sennett, segundo as quais, diante de instituições mais flexíveis, novas formas de controle e de poder são criadas, promovendo também a flexibilização do caráter, com um consequente desapego ao longo prazo e uma tolerância maior à fragmentação. Para o autor, o curto prazo minimiza o compromisso mútuo, a confiança e instiga a falta de comprometimento ético e moral nas relações sociais.

De acordo com Sennett, o longo prazo torna-se uma prática estranha na flexibilização proposta pelo novo capitalismo:

> "o setor de força de trabalho que mais rápido cresce [...] é o [...] temporário. O mercado acredita que o rápido retorno é mais bem gerado pela ágil mudança institucional (p.22).

E observando os tópicos da pesquisa que mostram as condições de trabalho do jornalista, estas ideias ficam evidentes:

Três em cada quatro jornalistas tinham registro no Ministério do Trabalho, a maior parte deles como jornalista profissional (82%). Três quartos dos jornalistas trabalhavam na profissão; deles, um em cada quatro tinha mais de um emprego na área; metade havia começado a carreira profissional no máximo cinco anos antes; 75,6%; trabalham como jornalistas; 27% dos que trabalham como jornalistas têm mais de um emprego.

Os rendimentos são bem baixos e mal distribuídos entre homens e mulheres e por faixa etária, enquanto a jornada de trabalho é longa: dois terços tinham renda até cinco salários mínimos e quase metade trabalhava mais de oito horas por dia: 59,9 % recebiam até cinco salários mínimos.

As mulheres jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens; eram maioria em todas as faixas até 5 salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a 5 salários mínimos; de cada dez jornalistas, um era professor, quatro trabalhavam predominantemente fora da mídia e cinco trabalhavam principalmente em mídia, na seguinte proporção:

- 45,8% trabalhavam exclusivamente em mídia;
- 33,6% trabalhavam exclusivamente fora da mídia;
- 12,2% trabalhavam ao mesmo tempo em funções na mídia e fora da mídia;
- 4,4% trabalhavam como docentes e em funções na mídia ou fora da mídia;
- 4% eram exclusivamente docentes.

Sobre este grupo, pode-se afirmar ainda que quatro em cada dez residiam e trabalhavam em São Paulo, parcela maior que nos outros segmentos da categoria. Eles eram também o segmento da categoria com as menores taxas de filiação a partido político e atuação em associações ou organizações sociais:

- São filiados a partidos políticos: 6,8%;

- Não atuam em associações ou organizações sociais: 54,7%;

- Já atuaram em associações ou organizações sociais: 20%;

O grupo dos que atuavam exclusivamente na mídia era também o segmento com a maior parcela de jornalistas que se opunham à criação de um órgão de autorregulamentação profissional (menos de dois a cada dez). Ainda assim, também neste segmento, os contrários à criação de um órgão de autorregulamentação profissional eram expressivamente minoritários (apenas 17%).

Este grupo era contratado predominantemente com carteira assinada; somente um a cada quatro era *freelancer*, contratado como pessoa jurídica ou com contrato de prestação de serviços.

Estavam empregados predominantemente no setor privado; metade deles em micro e pequenas empresas; um quarto em grandes empresas e o outro quarto, em empresas de porte médio.

Atuavam, sobretudo, como repórteres ou editores, e trabalhavam principalmente com reportagem, redação, produção de pautas, edição e fotografia.

Por este panorama é possível perceber que embora o trabalho flexível tente romper com a rotina e a burocracia, a aura do fordismo automatizado permanece. A escravidão, outrora baseada numa alienação de si em relação ao seu trabalho - servidão, à mercê do "amo" fixo-, no capitalismo flexível, mantém-se, já que as condições altamente competitivas do mercado encolhido não dão nenhuma base à liberdade, fazendo com que uma classe de trabalhadores empregados, em vez de cultivar seus próprios valores enquanto categoria profissional, prefira nem sequer se enxergar, seguindo e imitando os valores de seus patrões, opondo-se, por exemplo, como vimos, a uma regulamentação para a categoria.

Já quando observamos as características dos jornalistas que trabalham fora da mídia, as questões de precariedade e a desproporção entre o nível de escolaridade e as condições de trabalho ficam ainda mais claras:

Em relação aos jornalistas que atuam fora da mídia, pode-se afirmar que:

Eram ainda mais predominantemente mulheres que nos outros segmentos da categoria e tinham maior participação de negros que nos demais segmentos:

- Mulheres: 68,8% - 574;

- Homens: 31,2% – 260;

- Pretos: 5,5%;

- Pardos: 21,7%;
- Total: 27,2%.

Tinham um nível mais elevado de formação acadêmica do que os colegas de mídia;

- Graduação: 50,7%;
- Pós-Graduação: 48,2%;

A distribuição dos locais de trabalho eram as seguintes: um quarto atuava no setor público; um quarto tinha contratos de prestação de serviço, eram *freelancers* ou trabalhavam como Pessoas jurídicas; quatro em cada dez atuavam no setor privado com carteira assinada.

Deste total, um terço trabalhava em empresas ou órgãos públicos, outro terço em empresas privadas especializadas em assessoria de imprensa ou comunicação e os demais se dividiam, principalmente, em organizações do terceiro setor ou da sociedade civil e em empresas privadas.

A maior parte das empregadoras era de pequeno porte: três quartos dos jornalistas fora da mídia trabalhavam em locais com até cinco jornalistas contratados e apenas um em cada 20 trabalhava em locais com mais de 21 jornalistas. Eles eram contratados, principalmente, como assessores de imprensa ou comunicação, na seguinte proporção:

- Assessoria de imprensa ou comunicação: 68,3%;
- Outra função: 31,7%;

Estes jornalistas trabalhavam, sobretudo, com assessoria de imprensa, redação, concepção de pautas, edição e reportagem – nesta ordem:

- Assessoria de imprensa: 87,7%;
- Redação: 78,4%;
- Concepção de pauta: 60,1%;

- Edição: 56,9%;
- Reportagem: 53,9%.

O principal veículo de divulgação de seu trabalho era a Internet: três quartos tinham seu trabalho integralmente ou em grande parte divulgado pela internet, nesta proporção:

- divulgavam integralmente ou grande parte: 74,5%;
- divulgavam metade: 11,7%;
- divulgavam pouco ou nada: 13,8%.

Interessante observar o perfil dos jornalistas fora da mídia, que trabalham predominantemente como professores. São profissionais bem mais qualificados e com os mais altos níveis de salário e estabilidade no emprego. Este espaço é também reservado para os profissionais mais velhos, onde predominam os do sexo masculino:

De acordo com os dados da pesquisa, eram, majoritariamente, homens, casados, nas faixas etárias entre 41 e 64 anos, enquanto os demais segmentos de profissionais (majoritariamente de mulheres solteiras) estavam concentrados na faixa entre 23 e 30 anos.

Eram mais brancos que a média da categoria;

- Homens: 50,5%;
- Respondentes Brancos: 82,2%;
- Respondentes Casados: 45%;
- Faixa etária entre 41 e 64 anos: 58%.

Três quartos lecionavam em cursos de jornalismo; oito em cada dez eram responsáveis por disciplinas "práticas"; quase nove em cada dez foram graduados em jornalismo, a maior parte deles em instituições federais:

- Graduados em Jornalismo: 87,9%;

- Licenciatura e educação: 5,6%;
- Demais graduações: 6,4%;
- Formados em instituições federais: 41,2%;
- Formados em instituições privadas: 28,4%;
- Formados em outras instituições: 58,7%.

Metade tinha até dez anos de experiência profissional anterior ou paralela à docência; metade tinha até dez anos de carreira como professor; tinham os indicadores de formação mais elevados da categoria e recebiam em média os maiores salários:

- Pós-Graduação: 100%.

Quatro em cada dez trabalhavam em instituições públicas; um terço havia sido contratado por concurso público:

- Concursados: 36,2%;
- Outras formas de ingresso: 63,8%.

A atividade de pesquisa destes profissionais, no entanto, não era o ponto alto de suas atribuições: todos ensinavam, mas apenas metade estava envolvida com atividades de extensão e pouco menos de dois terços realizavam pesquisas.

Tinham taxas de sindicalização, registro profissional, filiação partidária e atuação em organizações sociais mais elevadas que o restante da categoria:

- Possuem registro profissional: 96,3%;
- São sindicalizados: 51,4%;
- Possuem filiação partidária: 9,3%;
- Atuam em organizações sociais: 49,6% .

Também apresentavam taxas maiores de defesa do diploma e da criação de órgão de autorregulamentação que os demais segmentos da categoria:

- Defendiam a obrigação de formação superior: 94,3%;
- Defendiam a criação de órgão de autorregulamentação: 83,2%.

Desta forma, o que se percebe pela pesquisa realizada é que houve, sem, dúvida, uma precarização da profissão, que apesar do alto nível acadêmico, teve que migrar das empresas de comunicação para atividades mais flexíveis, como as assessorias de imprensa, órgãos públicos (com ou sem concurso) e as universidades.

Também se constata um baixo nível de engajamento político, embora as aspirações, contraditoriamente, sejam de mais respeito pela profissão, que, segundo os respondentes, deve acontecer de forma quase que espontânea, provavelmente, pelos políticos de plantão, já que sindicatos e associações não são vistos como prioridade pelos jornalistas brasileiros.

Conclusão

Assim como no texto de Richard Sennett, a pesquisa da UFSC mostra como o capitalismo flexível é devastador. Tornando vulneráveis as condições de uma categoria, a nivela para baixo, reduzindo salários e precarizando o trabalho. Não há mais carreira, não há, pelos dados coletados, muita perspectiva de futuro. Nada de longo prazo.

O mercado reproduz no capital humano o obsoletismo da tecnologia; renova-se a cada crise econômica, transformando a experiência dos velhos jornalistas em peso morto, possibilitando, ao custo de baixos salários, a ocupação de mulheres jovens, com boa formação acadêmica, mas que, provavelmente, terão o mesmo destino após a obtenção de mais experiência.

Mostra, enfim, que houve uma desestabilização dos estáveis, tornando inválidos justamente aqueles que mais experiência acumularam ao longo dos anos.

O sentido de tudo isso? Ainda faltam elementos para uma conclusão definitiva. O certo é que, mesmo diante de um cenário tão sombrio, a tecnologia que, por si só, não trouxe a felicidade prometida, é o meio de dar visibilidade ao trabalho do profissional do jornalismo.

A despeito de tudo e de todos, ainda há espaço para sonhar. Assim, talvez a criatividade humana possa trazer algum alento e, diante da potencial democratização das comunicações, propiciada pela tecnologia, cada vez mais, ao alcance de um maior número de pessoas, justo esse contexto, possa ajudar a mostrar a perda de sentido que todos estes movimentos de desvalorização trazem.

A Internet, que segundo a pesquisa, já ocupa o espaço de maior destaque para a divulgação dos trabalhos do jornalista brasileiro, pode ser uma saída para a valorização da profissão. É lógico que a tecnologia, sozinha, não é capaz de promover qualquer mudança. Há a necessidade de vontade política, em geral, manifestada pela discussão, elaboração e execução de políticas públicas capazes de atender aos anseios dos grupos sociais.

E, mesmo ousando trafegar na contramão de todo o contexto sombrio deste momento, um bom aliado pode ser o Estado. Tomando de empréstimo o raciocínio do professor Owen Fiss, nem sempre a liberdade desenfreada de informação – e, acrescento, de fazer das profissões um acelerado empreendedorismo flexível- é sinônimo de cidadania.

Muitas vezes, prossigo com Owen, no afã de, por exemplo, se noticiar tudo, de forma indiscriminada, acaba-se por dar a algumas vozes um protagonismo em nível tão alto, que se silencia o discurso do mais fraco. Este tipo de raciocínio é altamente válido quando se analisam as condições do mercado de trabalho dos jornalistas.

Diante de um Estado mínimo, cujas condições de solidificação se aceleraram há três décadas, houve um enfraquecimento progressivo das vozes protetivas ao trabalho do jornalista, com a "cereja do bolo" declarada pelo STF em 2009: não há a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. No sentido inverso, houve uma concentração forte dos veículos de comunicação nas mãos de cada vez menos pessoas jurídicas.

É nesses termos que Owen sugere que o Estado não seja visto mais como o algoz da liberdade de informação – ou, de empreender no mercado de trabalho-, mas como seu aliado, se não garantindo a todos a igualdade de acesso, ao menos, reduzindo a desigualdade.

Para isso, claro, várias concepções terão que ser reformuladas: que Estado é o pretendido; que tipo de cobertura jornalística o leitor-cidadão exigirá; qual a conduta ética, construída a partir de um contexto de cidadania, deverá ser estabelecida e empreendida; o que os veículos de comunicação podem oferecer ao leitor-cidadão; como será a distribuição das concessões de canais para os veículos de comunicação; qual é o perfil do jornalista para atender a estas novas demandas, como qualificá-lo e garantir-lhe condições de trabalho etc.

É, sem dúvida, tarefa que implica mudança de cultura e de longo prazo, a despeito de todas as propostas de arrebatamento das relações de trabalho postas pelo *establishment*. Contudo, é uma saída possível e potencializa algum alento para as angústias propiciadas pelo novo capitalismo flexível e, como vimos, sem muito sentido.

Recebido: 10/05/2017
Aprovado: 15/06/2017

Referências bibliográficas

OWEN, Fiss. *A ironia da liberdade de expressão.* Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter. O desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

Pesquisa:

Quem é o jornalista brasileiro?- perfil da profissão no país. **Realização**: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, 2012